

Apresentação

As transformações no modo de produção capitalista — rumo a um regime de acumulação global e flexível — traduzem-se na fuga para adiante em relação aos aspectos materiais, fixos e territoriais típicos do regime de acumulação intensiva de capital. As empresas procuram escapar do poder organizado do trabalho (sindicatos, partidos, organizações por local de trabalho etc.); dos custos sociais e políticos da ampliação dos direitos de bem-estar e se concentram na busca de novas formas de controle de acesso através de dinâmicas imateriais. O deslocamento dos modos de produção da riqueza colocam no centro a desmaterialização desta enquanto aproveitamento da ruptura expressa na aceleração da “destruição criativa” realizada perversamente pelo capital em resposta aos limites dados pela crise da sociedade salarial, pelas novas lutas sociais de caráter cultural e pela competição em escala mundial.

O capital busca colocar os serviços, as tecnologias da informação e comunicação, os conhecimentos, a criação de marcas, patentes e produtos, as competências logísticas, subordinados ao processo de valorização. Desta forma vai se apropriando da inteligência coletiva, do biopoder sobre o corpo, sobre o imaginário e a criatividade do trabalho vivo. A mudança no regime de acumulação desloca o peso para o poder produtivo da subjetividade das linguagens e das formas conceituais e imaginárias. A indústria cultural de massas se transforma na forma de espetáculo da sociedade, a produção e reprodução dos fatos, a produção do lazer, da moda, da publicidade, do *marketing*, do entretenimento. As grandes corporações vão se apropriando dos fluxos e fontes de produção da vida e das dimensões de distribuição, circulação, financiamento e consumo, que são atravessadas pelo desenvolvimento da lógica organizacional das redes.

Uma vez identificado o contexto de crise, reestruturação e transição sócio-produtiva pelo qual passa o capitalismo procuraremos, agora, examinar a questão da criação de centros e núcleos de democracia e inclusão digital na sua relação com as plataformas e demandas de lutas dos sujeitos sociais nos territórios.

Como transformar e inverter a lógica da nova divisão internacional do trabalho baseada na desmaterialização, desregulamentação, privatização e no manejo da dialética territorialização e desterritorialização através de redes verticais de apropriação de mais-valia social? Como pensar os territórios de exclusão social e as novas desigualdades derivadas da revolução informacional-comunicacional, da acumulação flexível, da economia da comunicação e do capital cognitivo, do ponto de vista de uma estratégia de luta e transformação do padrão de desenvolvimento baseada em alianças da classe trabalhadora? Como reverter a lógica da apropriação vertical pelas corporações dos frutos das novas riquezas e meios de produção em poder subjetivo e cooperação sócio-produtiva horizontal da multidão dos que vivem de seu trabalho, disputando no espaço virtual (ciberespaço) e nos territórios, a construção de novos agenciamentos sócio-produtivos?

O debate sobre a política pública de inclusão digital e de democratização do acesso na hiper infovia pode ser uma oportunidade única para a definição de uma estratégia de aprendizagem que cruze as inúmeras agendas bloqueadas do combate à desigualdade. Pois, assim como o acesso a uma renda básica universal e aos sistemas públicos de proteção social são pressupostos lógicos para a construção do pacto político redistributivo, o novo trabalho associado e os direitos sociais também estão na base de nossa reflexão sobre as formas de organização da produção. Uma alternativa de desenvolvimento deve ser apoiada numa nova aliança entre os diferentes tipos de trabalhadores. Os sujeitos sociais do trabalho podem aproveitar as potencialidades de construção das redes e das externalidades geradas pelo trabalho

imaterial, em articulação com as potencialidades e virtualidades presentes no território geradas pelo trabalho difuso da classe multidão na cidade e no campo.

Inteligência coletiva e função social da propriedade

Atualmente dispomos de uma linguagem de ruptura com a apropriação privada da riqueza social que resultou no desenvolvimento das formas jurídicas ligadas ao código-fonte aberto e, particularmente, ao domínio público em matéria de programas e aplicativos para as ciber máquinas e as redes virtuais. A inteligência coletiva do trabalho imaterial vivo abre, por meio da produção baseada em GNU/Linux, um ponto de ruptura com os padrões clássicos de privatização dos meios de produção social, atingindo o núcleo duro das lógicas corporativas que pretendem restringir a liberdade de criação e produção da riqueza. E Isso ocorre porque ela permite uma apropriação dos resultados acumulados pela construção alternativa de programas, sistemas, arquiteturas e aplicativos para a disputa do modo de produção no contexto da nova economia da comunicação e da informação.

O quadro jurídico-político estreito das patentes e do código proprietário é rompido por um paradigma inovador que permite uma revolução no acesso público e cidadão aos instrumentos estratégicos de comando, controle e criação de riqueza. Combinando lógicas de autonomia criativa dos sujeitos para além dos limites da apropriação e controle pelas máquinas corporativas transnacionais e pelo Estado, os criadores do Software Livre abrem condições de inclusão sócio-produtiva e ampliação do trabalho intelectual coletivo em rede, e nas aplicações e necessidades dos diferentes grupos de usuários.

Os efeitos jurídicos desse processo em oposição aos padrões constituídos de propriedade privada se devem a foco centrado no desenvolvimento compartilhado dos programas e da linguagem, onde o caráter ilimitado da criação da riqueza e dos meios de produção da inteligência coletiva do trabalhador imaterial em rede, questionam os estritos limites da acumulação ilimitada que se articula, no Império do capital com os processos cognitivos. Se a geopolítica sistêmica pode combinar a territorialização e a desterritorialização dos fluxos de capitais e do comando das bacias produtivas industriais e agro-industriais, com ênfase no telecomando e na forma financeirizada da moeda eletrônica, a contra-hegemonia do trabalho vivo se expressa nas formas contemporâneas de organização dos produtores associados em cooperação individual e coletiva nas redes e nos territórios.

A potência virtual é acionada pela lógica de distribuição de meios de poder imaterial, entre os trabalhadores da inteligência coletiva em rede e entre os milhões de usuários que querem superar a posição de clientes e consumidores, abrindo brechas para a construção de verdadeiros enclaves de um modo de produção associado e autogestionário.

Compartilhar estratégias anti-capitalistas, mesmo sob a forma de mercadorias alternativas e de sistemas de cooperação circunscritos, já amplia o potencial da bacia produtiva imaterial que, pode se emancipar por meio de novas rupturas do enquadramento nas normas limitadoras da propriedade privada dos meios de escritura e linguagem desenvolvidos como novas forças sociais produtivas. Mas essa potencialidade se encontra barrada por outras linhas divisórias que são as do acesso, da aprendizagem e das diferentes restrições em matéria de educação e cultura. A divisão internacional do trabalho que se transforma com as novas clivagens e hierarquias de poder, em matéria de regimes de acesso, pode ser enfrentada através da possibilidade de se ligar os excluídos dos direitos sociais básicos, aos que recusam as limitações legais e corporativas por meio dos novos formatos e opções em matéria de regime jurídico e modos de criação das ferramentas de sistema.

Democratização do acesso e cooperação produtiva

O desafio político e a opção pública por democratizar o acesso ao mundo digital pode ser um instrumento de formação de uma nova classe trabalhadora. Essa pode ser organizada de modo taylorista flexível, como digitadores ou como uma nova classe trabalhadora que se organiza nos territórios de forma associada política, cultural e produtivamente, como inteligência coletiva. A segunda forma de trabalho só pode se afirmar através de ações de inclusão e democracia digital, informadas e apoiadas na preocupação de garantir uma democratização real de meios e modos de produção baseados na cooperação produtiva do trabalho vivo. As bacias materiais de trabalho difuso vivo no território só podem ingressar no âmbito da rede de trabalho imaterial e da nova inteligência coletiva por meio de macro estratégias de inclusão e universalização que articule: a posse direta de meios telemáticos; o acesso aos sistemas e redes cibernéticos de informação e comunicação; o aprendizado nas linguagens e a participação na criação coletiva de produtos de informação, de programas e aplicativos.

Os territórios periféricos e a população excluída só podem ser parte de um novo pacto de inclusão social dentro de uma perspectiva radical de redistribuição de meios materiais apoiada em programas públicos. Onde se combinem, nas estratégias de combate aos estados de carência de direitos sociais em contextos os mais diversos, as soluções para o problema de adequação de políticas de territorialização do acesso junto ao trabalhador informal e ao produtor local. O que já vem sendo desenhado dentro e fora de instituições educacionais e públicas através de ações de incidência, com a conexão pública e associativa junto aos sujeitos sociais no plano local.

Mas os desafios de adequação dos programas, dos requisitos e recursos de acesso e os desafios são marcados por uma questão-chave: a das estratégias de uma política de aprendizagem e de suporte para sustentar os centros e núcleos que vão sendo construídos.

O corpo de profissionais de suporte técnico e capacitação precisa ter destaque numa política pública de caráter amplo que envolva, além dos conteúdos tecnológicos e competências operacionais, as interfaces e distribuições adequadas em formatos que possam desencadear ações sustentáveis. Torna-se urgente a definição de uma concepção educativa que, através de um planejamento de longo prazo, possa identificar as experiências e potencialidades de construção da cooperação social-produtiva invertendo a tendência favorável às relações e práticas de privatização e exploração dos resultados do processo da revolução digital.

Como relacionar a plataforma dos direitos, da economia solidária, da justiça sócio-ambiental, com a cultura do trabalho autônomo e da cooperação produtiva nos marcos da nova inteligência coletiva gerada pelo trabalho imaterial?

Aprendizagem para um novo enfoque do desenvolvimento

O tema da aprendizagem para a inclusão do trabalho difuso da multidão de proletários da cidade e do campo na dinâmica sócio-produtiva na inteligência coletiva, via estratégias de democratização do acesso ao ciberespaço, vincula inúmeros aspectos das realidades sociais presentes no território. Dadas as condições gerais dos problemas e possibilidades de escolhas, em matéria de públicos beneficiários da inclusão digital, é preciso dar um destaque para modos diferenciados de formação segundo o grupo social e geracional que se pretende atingir. Enquanto a definição política pública exige um processo de universalização para o acesso, a estratégia política e social exige um foco na relação com os conflitos sociais e os contextos locais de carência e violação de direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. As metodologias de capacitação coletiva e os processos de aprendizagem em tecnologias

da informação devem se dar no mesmo ambiente material e virtual de acesso geral ao campo comunicativo.

A geração do trabalho imaterial cognitivo por parte de membros de um grupo social exige situar o centro ou a instituição onde se localizam os meios de acesso e produção (computadores, rede e conexões), no âmbito das interações sócio-produtivas do território, da cidade e das diferentes bacias e cadeias produtivas de bens e serviços. Enquanto base material da produção da riqueza o centro de inclusão e acesso digital além de um espaço público de cidadania é local de uma nova economia popular, social e solidária.

A aprendizagem da cooperação produtiva na rede deve estar amparada em formas de associação para a inserção sócio-produtiva dos cidadãos e cidadãs. A conexão com as redes sociais e governamentais que atravessam o território pode servir de ponto de apoio para as sinergias produtivas e para o desenvolvimento da inteligência coletiva e das formas de trabalho associado no território. As novas tecnologias que transformam as relações espaço-tempo aprofundando distâncias sociais e territoriais podem ser utilizadas num novo sentido, para estratégias de desenvolvimento local e regional.

A crise de reprodução social derivada dos processos de acumulação de capital, a fragmentação social, o desemprego e o retrocesso nos direitos resulta em processos de isolamento e exclusão acentuados pela ideologia individualista-possessiva. As dificuldades de construir uma plataforma integrada das demandas das classes sociais que integre as lutas dos sujeitos coletivos contra as desigualdades e discriminações, as dificuldades de definir políticas públicas capazes de reverter o quadro de ausência de direitos, exigem estratégias associativas embasadas em requisitos e instrumentos inovadores em matéria de organização e associação por parte da grande maioria de nossa população. Assim como as instituições e movimentos da sociedade civil utilizam e disponibilizam meios de articulação, mobilização e comunicação, utilizando diferentes mídias, as interações de uma política pública capaz de oferecer instrumentos de formação com ferramentas de comunicação. A política pública de acesso e aprendizagem combina a materialidade do espaço público de articulação e associação com a dinâmica comunicativa que rompe com o duplo isolamento, de pessoas e de lugares.

A inteligência coletiva, a subjetividade e o território

A subjetividade como força produtiva determinante da era do capitalismo cognitivo é um campo de lutas marcado pelas interfaces e dinâmicas produtivas que extrapolam o paradigma mercantil-capitalista. A inteligência coletiva aí gerada produz um pólo de forças alternativas como um movimento produtivo capaz de questionar o uso privado corporativo do ciberespaço. Mas a complexidade dessa disputa atinge o coração do conflito global entre territorialização e desterritorialização do modo de produção de bens e serviços. O que exige uma aliança entre a inteligência coletiva dispersa no ciberespaço e o potencial de trabalho vivo e criação de riqueza material e imaterial presente no território.

A questão da cooperação produtiva na interface material e imaterial, no espaço cibernético e no território deve se dar como no espetáculo do carnaval. Onde a cadeia produtiva que se articula desde as escolas de samba integra e organiza um processo de produção material e sim-bólico, que vai do artesanato, passando pelo taylorismo, até a criação em novos materiais e o desenho em computador. O empreendedorismo político das escolas de samba e da indústria do “carnaval mercadoria” mostram, com suas qualidades e perversões, diferentes modos de combinar mais-valia social, territorial e simbólica, através da coordenação de sistemas de agenciamento político e produtivo.

O pacto e as redes

O processo de articulação e cooperação produtiva no território é parte do ambiente estratégico de uma economia intensiva em meios de produção imaterial, cognitivo e simbólico. Por isso os pactos e redes sócio-territoriais serão o resultado da instalação e aprendizagem de novas abordagens que vinculem as tecnologias de informação com a democracia nos territórios, ampliando as margens de manobra da classe trabalhadora multitudinária e difusa (espalhada na rede cibernética e no território).

O trabalho vivo nas suas faces de inteligência coletiva e de trabalho direto só pode ampliar sua autonomia com base num novo marco conceitual, jurídico e institucional que faça interagir as plataformas de luta pela emancipação social. Os sujeitos sociais coletivos podem ser reorganizados com base na relação entre a dinâmica associativa, a esfera pública de participação democrática e a aprendizagem para operar os diversos requisitos gerados pela revolução social da informação. Os requisitos culturais, lingüísticos e simbólicos que atravessam as estruturas sociais e comunicacionais podem ser reapropriados por um outro ponto de vista social e de classe, de modo a liberar as potencialidades do trabalho vivo da mesma forma que liberamos nossa ferramenta de programa das mãos do software proprietário.